

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.830 - MS
(2018/0275899-6)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : ANA PAULA DE ARRUDA ARAUJO
AGRAVANTE : PAULO COSTA ARAUJO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL
ADVOGADO : EMERSON OTTONI PRADO - MS003776
AGRAVADO : MERCULE PEDRO PAULISTA CAVALCANTE
ADVOGADO : HÉLIO ANTÔNIO DOS SANTOS FILHO - MS006006
AGRAVADO : ASTON MARQUES DA SILVA JUNIOR
ADVOGADOS : LUCIANO RIBEIRO DA FONSECA - MS007677
FELIPE COSTA GASPARINI - MS011809
AGRAVADO : WAVE PRODUTOS MEDICOS EIRELI
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ AIDAR ALVES - GO023010
AGRAVADO : PROEXAMES DIAGNOSTICOS LTDA
OUTRO NOME : PROCÁRDIO DIAGNOSTICO LTDA
ADVOGADOS : MAX LÁZARO TRINDADE NANTES - MS006386
JEAN BENOIT DE SOUZA - MS010635
INTERES. : FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO. TERMO DE RESPONSABILIDADE. HOSPITAL PARTICULAR. DESPESAS RELATIVAS A TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR. VÍCIO DE CONSENTIMENTO E ONEROSIDADE EXCESSIVA NÃO COMPROVADOS. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, com fundamento nas provas documentais trazidas aos autos, reconheceu a validade do negócio jurídico relativo à contratação de serviços médicos e hospitalares, pois não comprovados o vício de consentimento e a onerosidade excessiva.

2. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

